

Colegiado de Gestão da Fepecs

Ata da 17ª Reunião Ordinária

1 Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, às nove horas e
2 quarenta e quatro minutos, na Sala Multiuso da Fundação de Ensino e Pesquisa em
3 Ciências da Saúde-Fepecs, localizada no SMHN, Quadra 03, Conjunto A, Bloco 01, ed.
4 Fepecs, em Brasília-DF, deu-se início à décima sétima Reunião Ordinária do Colegiado
5 de Gestão da Fepecs, com a presença dos membros: **Berardo Augusto**
6 **Nunan/CG/DE, Carlos Augusto de Medeiros/ASPE, Ena de Araújo Galvão/ETESB,**
7 **Lidiane Maia dos Santos/BCE, Luzia Helena Gomes de Sousa/CG e Maria Dilma**
8 **Alves Teodoro/ESCS, e da Coordenadora Gislene Regina de Sousa Capitani/DE,**
9 que presidiu os trabalhos. Convidados: Ethienne Albuquerque Rodrigues/CAO e
10 Rubens Batista de Oliveira/CAO. Iniciados os trabalhos, foi justificada a ausência de
11 Anderson Cardoso de Araújo/PROJUR e de Leonora de Araújo Pinto Teixeira/CCE, por
12 terem outro compromisso. Após, as atas da 13ª, 14ª, 15ª e 16ª reuniões ordinárias
13 foram assinadas, uma vez que a leitura e as modificações já haviam sido feitas via e-
14 mail. Passando-se às pendências da reunião realizada no dia 19.10.2012: **item a)** a
15 Ena, a Lidiane e o Carlos ficaram de encaminhar suas demandas a serem juntadas
16 com as dos demais setores, as quais já foram organizadas por critério de prioridade,
17 visando o encaminhamento, na próxima semana, para os Gabinetes dos Deputados
18 Distritais; **Item b)** embora a reforma dos dois elevadores da Fepecs façam parte do
19 contrato de manutenção de elevadores do Governo do Distrito Federal-GDF, sob
20 responsabilidade da Novacap, a Dra. Gislene pediu para procurarem agilizar a
21 manutenção do elevador que dá acesso ao Auditório da ESCS. Para tanto, deverá
22 inclusive serem anexadas fotos de situação envolvendo a dificuldade de acesso de um
23 cadeirante ao local, ocorrida durante a realização do último Congresso da ESCS-
24 CONGRESOS; **item c)** foi decidido que a Luzia verificará com a Leonora sobre a
25 elaboração do documento. **Item d)** a Ena ficou de elaborar documento citando as
26 dificuldades enfrentadas pela ETESB, destacando o quantitativo de docentes
27 existentes nos três cursos ministrados atualmente, o número de docentes que saíram
28 da Escola desde 2011 e o déficit gerado. O Dr. Berardo sugeriu agendar reunião com
29 a Natividade para tratar a respeito do déficit de profissionais na Fepecs. A Luzia
30 alertou sobre a impossibilidade da Subsecretaria de Gestão do Trabalho e Educação
31 da SES em lotar novos servidores na Fepecs; a dificuldade de identificar servidores
32 com mais de três anos de SES interessados em virem para esta Fundação; e o
33 desinteresse dos servidores em mudar de local de trabalho por envolver a perda de
34 determinadas gratificações. Deste modo, considerou necessário que os gestores da
35 Fepecs se prepararem, com base na Lei nº 840/2011, acerca do que pode ser feito a
36 respeito dos servidores cedidos para esta Fundação. Finalizando, sugeriu que fosse
37 verificado junto à PROJUR o que poderia ser feito juridicamente, no âmbito do Governo
38 do Distrito Federal, para proteger esta Fundação. Após, foi acordado que este
39 Colegiado se reunirá no dia 01.11.2012, às 09h00, para fazer discussão prévia sobre o
40 déficit de servidores na Fepecs, e no dia 14.11.2012, será realizada reunião com a
41 Natividade. A Dra. Gislene pediu para cada gestor colocar suas demandas em
42 documento a ser entregue à Subsecretária nesse dia. **Item e)** o Rubens informou que
43 a demanda foi atendida. Na sequência, o Dr. Berardo solicitou uma pauta para discutir

Colegiado de Gestão da Fepecs

Ata da 17ª Reunião Ordinária

44 o termo de compromisso para estágio curricular dos estudantes da ESCS na Rede. A
45 Dra. Gislene observou que devido ao aniversário de um ano da Portaria nº 224, além
46 do item regulação dos cenários de ensino da ESCS, também deverá ser tratado a
47 Portaria nº 224. Assim, no dia 22.11.2012, a CODEP e a ESCS deverão fazer uma
48 avaliação da Portaria, assunto que comporá a pauta única deste Colegiado, no dia
49 23.11.2012. A seguir, colocou que precisava de um posicionamento do Colegiado,
50 sobre dois itens a serem tratados com urgência com o Secretário de Saúde: 1) de
51 acordo com a Portaria nº 224 e nº 199, os valores para referência do cálculo da
52 contrapartida do ano têm que ser publicados por meio de Portaria, no mês de outubro
53 de cada ano. Dessa forma, a intenção o Secretário de Saúde é publicar o valor
54 congelado deste ano de 2012, correspondente a R\$ 2,00. Porém, por meio de carta
55 encaminhada à Fepecs, as conveniadas solicitam que seja mantido o valor de R\$ 2,00
56 mais o Índice Nacional de Preços ao Consumidor-INPC. O Dr. Berardo explicou que,
57 para o Curso de Medicina foi calculado o valor de R\$ 8,00 escalonado em quatro anos,
58 respectivamente de R\$ 2,00, R\$ 4,00, R\$ 6,00 e R\$ 8,00, a fim de minimizar o impacto
59 para as escolas. Diante disso, as instituições de ensino fizeram uma carta alegando
60 que a Fepecs estava propondo um reajuste abusivo e fizeram a contraproposta de
61 congelar em R\$ 2,00 acrescentando-se o INPC. Para a Dra. Gislene é um assunto
62 muito complexo, pois por um lado há risco de crítica se cobrarmos um valor baixo e
63 acharem que estamos favorecendo a iniciativa privada, por outro lado, cobrar um valor
64 mais alto implica em mais dificuldade de planejar, executar, monitorar e avaliar o
65 usufruto deste recurso. Além disso, quanto maior a contrapartida, mais as Regionais
66 colocarão dificuldades para disponibilizar cenários de ensino para a ESCS, uma vez
67 que ela não oferece contrapartida diretamente. 2) falou que os 80% das contrapartidas
68 de convênios, destinados à utilização pelos cenários ou conforme definição do
69 Secretário de Saúde, têm como finalidade específica a melhoria das condições da
70 assistência, e os 20%, gerenciados pela Fepecs, são destinados à educação.
71 Considerando que os recursos destinados à assistência ficam sob a gestão da
72 Subsecretaria de Atenção à Saúde e SAPS, pretendem propor ao Secretário que a
73 administração desses 80% passe a ser também de responsabilidade da SAS/SAPS,
74 junto à SUAG, e não mais da CAO/Fepecs, como vinha sendo feito. Em sua opinião, a
75 Fepecs continuará com a administração institucional, educacional e pedagógica,
76 gerenciados pela CODEP/CAO. Concluída a exposição dos dois itens, pediu a
77 manifestação dos gestores. O Carlos concordou com a transferência do
78 gerenciamento dos 80% para a SES, mas discordou com o congelamento proposto
79 pelo Secretário de Saúde e também com o simples acréscimo do INPC, que elevaria o
80 valor para R\$ 2,11. Observou sobre a necessidade de verificar, com o Secretário, até
81 que ponto o plano de investimento constante da Portaria será respeitado, pois acaba
82 gerando, nos cenários de ensino, a expectativa de investimento. Respondendo à Ena,
83 a Dra. Gislene disse que em junho/2012, representantes das escolas procuraram a
84 Diretora Executiva alegando que não haviam sido respeitados e que não podiam
85 aceitar a proposta de aumento para R\$ 4,00; R\$6,00 e R\$8,00, conforme proposto na
86 Portaria 224/11. No final de julho, conforme orientação dela, eles enviaram documento
87 propondo a retirada do Conceito Preliminar de Curso-CPC 3 como critério de qualidade
88 e a manutenção de R\$ 2,00, acrescidos do INPC. Assim, conversou com o Secretário

Colegiado de Gestão da Fepecs

Ata da 17ª Reunião Ordinária

89 sobre a intenção da Fepecs em manter o CPC 3, mas com abertura para discutir sobre
90 os critérios de qualidade e sobre a cobrança de R\$ 2,00. Depois disso, o Secretário
91 publicou a Portaria 199/2012, e recentemente o sindicato cobrou a resposta para o
92 documento entregue pelas escolas no final de julho. Deste modo, a Fepecs precisa
93 encaminhar uma resposta. Continuando, a Diretora Executiva comentou sobre a
94 complexidade do assunto e que durante o Congresso Brasileiro de Educação Médica,
95 foi informada que o Ministério da Saúde fará discussão sobre o tema com as
96 instituições no uso de cenário público por instituições privadas. Também, que de
97 acordo com experiência apresentada por uma participante de Campinas-SP, naquela
98 localidade eles não monetarizaram, ou seja, não transformaram em pecúnia esta
99 relação. Quando surge alguma demanda, eles negociam com a escola sobre a
100 possibilidade de arcarem com os custos da necessidade existente, naquele momento.
101 A Ena disse que após a publicação do Decreto que regulamenta o Artigo 100 da Lei
102 840/11 do GDF, a ETESB, a ESCS e a CODEP elaboraram uma minuta de edital para
103 contratação de instrutor. E na opinião dela não será possível fazer o edital ou portaria
104 como o Anderson/PROJUR pretende. A Dra. Gislene propôs a realização de reunião
105 com a PROJUR, ETESB, CODEP, ESCS e a Diretoria Executiva, no dia 12.11.2012, às
106 14h30, para discutir acerca do Decreto de regulamentação do artigo 100 da Lei nº 840:
107 repercussões sobre a Fepecs. Para a Dra. Dilma, se o Secretário ficar responsável por
108 definir as prioridades de aplicação dos 80% das contrapartidas, minimizará a
109 dificuldade da ESCS em conseguir cenários de ensino. Em sua opinião, as Regionais
110 não percebem que a Escola qualifica o serviço, melhora o atendimento em todos os
111 sentidos e contribui até mesmo com a demanda, ou seja, a Escola não oferece
112 contrapartida financeira, mas contribui de outras formas também importantes. Quanto
113 aos 20% destinados à Fepecs, avaliou como necessário que o resultado de sua
114 aplicação seja notório para que as Regionais possam perceber que a Fepecs é uma
115 colaboradora, o que possibilitaria maior respeito pelo trabalho desenvolvido por esta
116 Fundação. Neste sentido, a Lidiane, o Dr. Berardo e a Dra. Dilma disseram que já
117 foram questionados por Diretores de Regionais sobre a aplicação dos 20% destinados
118 à Fepecs, demonstrando considerarem muito alta a taxa de administração cobrada pela
119 Fepecs. Para o Carlos, a Fepecs precisa assumir a monetarização, pois do contrário
120 será criada outra moeda de troca. Preocupa-se, pois não houve uma participação
121 coletiva na elaboração dos valores propostos, mas independentemente da forma como
122 foi calculado, o serviço público foi disponibilizado. Para ele, é simples calcular o valor
123 dos custos para o setor privado, evitando assim entrar no mérito do setor público.
124 Considerou arriscado propor que o Secretário resolva a questão por meio de
125 Colegiado, pois se fosse o caso, o cálculo teria sido feito de forma coletiva.
126 Prosseguindo, o Chefe da ASPE avaliou que se a operacionalização tiver definida e
127 apontada em instrumentos legais, a ESCS não terá mais problema em conseguir
128 cenários de ensino. Concordou com o Dr. Berardo que a Fepecs tem de fato, como
129 parte de seu orçamento, que cumprir o que o setor privado cumpre junto às Regionais,
130 isso evitaria que tivessem razão em reclamar de valores, quaisquer que sejam eles.
131 Portanto, sua proposta é manter o valor de R\$ 8,00, escalonado em quatro anos,
132 respectivamente de R\$ 2,00, R\$ 4,00, R\$ 6,00 e R\$ 8,00, a partir de 2012. A Dra.
133 Gislene disse que o Paulo Roberto Menezes, antigo Coordenador de Apoio

Colegiado de Gestão da Fepecs

Ata da 17ª Reunião Ordinária

134 Operacional, informou durante reunião do Comitê Central de Gestão de Convênios com
135 Instituições Públicas e Privadas de Ensino que as escolas já estavam pagando R\$
136 4,00, quando o cálculo era feito com base nas mensalidades dos alunos, conforme
137 Portaria nº 45, isto é, somente depois de R\$ 4,00 é que o valor aumentaria de fato.
138 Desta forma, ela proporá ao Secretário de Saúde, conforme decisão deste Colegiado,
139 que a Portaria de outubro/2012 fixe o valor de R\$ 4,00, também pleiteará que o
140 Secretário assuma a execução financeira dos convênios, no que diz respeito aos 80%
141 das contrapartidas. Informará ao Secretário que este Colegiado estudará o assunto de
142 forma mais aprofundada, até o dia 23.11.2012, e que uma das sugestões feitas,
143 preliminarmente, foi a disponibilização de um percentual a ser investido pela Regional
144 no cenário. Na sequência, a Dra. Gislene apresentou a proposta de a Subsecretária de
145 Gestão do Trabalho e Educação da SES, componha o Colegiado de Gestão da
146 Fepecs, tendo em vista que a atual Subsecretária, Maria Natividade Santana, já ter
147 demonstrado, junto ao Colegiado de Gestão da SES, estar sensibilizada com os
148 problemas enfrentados pela Fepecs, e, por ter uma interface maior com a Fepecs, ela
149 poderia ser a mediadora desta Fundação junto àquele Colegiado. Após algumas
150 manifestações, a Dra. Gislene sugeriu que os gestores verifiquem nas atas anteriores
151 se a sua proposta procede, se assuntos tratados de fato têm interface com a SUGETS,
152 e na reunião do dia 01.11.2012, que será a prévia das demandas de recursos
153 humanos, os gestores deverão apresentar suas respostas. Devido à falta de tempo e
154 considerando as matérias a serem discutidas nas próximas reuniões o item 1.1, da
155 Ordem do Dia, correspondente às propostas de composição dos Colegiados Setoriais,
156 ficou sobrestado por um mês. Passando ao item 2.1, pediu que a Ethienne passasse
157 aos gestores informações sobre o manual de avaliação de desempenho. Caso os
158 gestores não tenham mais tempo de reverem a avaliação de desempenho de 2012,
159 eles deverão negociar com seus subordinados o que esperam das tarefas a serem
160 realizadas por eles durante o ano de 2013, porque, para a Dra. Gislene, é importante
161 negociar antecipadamente o que e como será feita a avaliação, uma vez que não é
162 feito acompanhamento ao longo do ano, mas precisa ser feito. Marcou para a próxima
163 segunda-feira, dia 29.10.2012, às 14h30, em local a ser definido, uma reunião com
164 todas as chefias responsáveis por assinarem avaliação de desempenho, ocasião em
165 que a Ethienne ensinará como fazer uma avaliação de desempenho. A Luzia disse que
166 será verificado com o Márcio da SUGETS, responsável pela orientação interna da
167 avaliação de desempenho da SES, a possibilidade de participar da reunião de
168 segunda-feira. Quando, em sua opinião, deverá ser questionado, por exemplo, qual o
169 procedimento diante da recusa do servidor em assinar a avaliação de desempenho. A
170 Ethienne esclareceu que a assinatura do servidor na avaliação de desempenho
171 significa que ele apenas tomou ciência e não que concordou com a nota atribuída pelo
172 avaliador. Se mesmo assim houver recusa por parte do servidor de assinar, duas
173 testemunhas atestarão que o servidor se negou a assinar, mas mesmo nessa situação
174 a nota será atribuída. A partir desta data, o servidor tem cinco dias úteis para discordar
175 da avaliação. Para fins de recurso será considerada a data da ciência da avaliação. O
176 recurso será apresentado para a Comissão, atualmente composta pela Ethienne,
177 Fernandes e a Naira, todos da Gerência de Pessoal, que após confirmação da chefia e
178 subordinado, quanto à continuidade do recurso, a Comissão encaminhará a demanda

Colegiado de Gestão da Fepecs

Ata da 17ª Reunião Ordinária

179 para a Diretora Executiva, autoridade competente para proceder a avaliação. Em
180 seguida, foi acordado que os gestores deverão encaminhar, via e-mail, a indicação de
181 composição dos Colegiados Setoriais até a próxima terça-feira, dia 30.10.2012. Não
182 havendo nada mais a ser tratado, às onze horas e quarenta e cinco minutos a reunião
183 foi encerrada. E para constar, eu, Janaína Maria dos Santos Silva, matrícula nº
184 026.3798-7, lavrei a presente ata, que lida e aprovada, será assinada por
185 mim....., e pelos membros presentes.

Gislene Regina de Sousa Capitani – *Coordenadora*

Anderson Cardoso de Araújo – *Membro/PROJUR*

Berardo Augusto Nunan – *Membro/CODEP*

Carlos Augusto de Medeiros – *Membro/ASPE*

Ena de Araújo Galvão – *Membro/ETESB*

Leonora de Araújo Pinto Teixeira – *Membro/CCE*

Lidiane Maia dos Santos – *Membro/BCE*

Luzia Helena Gomes de Sousa – *Membro/Chefia de Gabinete*

Maria Dilma Alves Teodoro – *Membro/ESCS*

Paulo Roberto Menezes Lima – *Membro/CAO*

Substitutos:

Ethienne Albuquerque Rodrigues/GEP/CAO

Rubens Batista de Oliveira/GEAG/CAO